



Conselho Diretivo
do IASFA, I.P.

CERIMÓNIA COMEMORATIVA DO ANIVERSÁRIO DO IASFA 2018

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETIVO

Celebramos hoje o dia do IASFA, comemorado habitualmente a 18 de junho, data em que se iniciaram as obras de construção do *Real Asylo de Inválidos Militares* em 1792, exclusivo para os veteranos, por iniciativa da Princesa D. Maria Francisca Benedita, na sua quinta em Runa, cuja figura evocamos, cumprindo a tradição.

Ao longo do tempo foram criados vários órgãos no âmbito do apoio social e na doença, que foram alvo de reestruturações, fusões e reorganizações, que culminaram com a concentração numa só entidade das missões desses órgãos antecessores.

O Instituto de Ação Social das Forças Armadas, é hoje um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio. O IASFA prossegue atribuições do Ministério da Defesa Nacional, sob superintendência e tutela do respetivo ministro, tendo por Missão, garantir e promover a Ação Social Complementar (ASC) dos seus beneficiários e gerir o sistema de assistência na doença aos militares das Forças Armadas (ADM).

Olhando para a história, estamos perante um percurso contínuo de mais de dois séculos, desde a iniciativa pioneira da Princesa D. Maria Francisca Benedita, até aos dias de hoje.

Como já tive oportunidade de referir publicamente, a Condição Militar caracteriza-se por um conjunto de deveres e restrições, de direitos e liberdades, que são únicos na nossa sociedade, e que implicam uma total disponibilidade para o serviço e para o dever do sacrifício da própria vida, se necessário, e quando a defesa da Pátria assim o exigir.

Também, aos que serviram e servem nas fileiras, são reconhecidos direitos especiais, nomeadamente, e cito

“[2] É garantido aos militares e suas famílias, de acordo com as condições legalmente estabelecidas, um sistema de assistência e proteção, abrangendo, designadamente, pensões de reforma, de sobrevivência e de preço de sangue e subsídios de invalidez e outras formas de segurança, incluindo assistência sanitária e apoio social.” Fim de citação.

A missão do IASFA insere-se no reconhecimento desta Condição Militar, que constitui uma primeira obrigação da Nação, do Estado e das Chefias Militares, mas também de todos nós, camaradas de armas. Cabe ao IASFA a concretização de parte destes direitos especiais.

Embora sejam direitos garantidos a todos os militares e famílias, a nossa prioridade terá que se focar, sempre, nos mais carenciados e fragilizados, nos beneficiários residentes em áreas onde não existem respostas às suas necessidades e aos militares e ex-militares incapacitados, de forma permanente, por acidente de trabalho ou doença profissional ocorridos ou derivados da prestação do serviço militar.

O último ano, tal como os anteriores, foi marcado por constrangimentos derivados da escassez de recursos humanos, logísticos, financeiros e tecnológicos, do conhecimento público, limitadores da capacidade de intervenção do Conselho Diretivo e da estrutura dirigente intermédia, bem como do cumprimento atempado dos compromissos com os fornecedores de serviços e beneficiários.

Houve um esforço constante para “fazer mais com menos”, de forma a que fosse possível prosseguir todas as atividades planeadas.

Em 2017, o IASFA foi alvo de várias auditorias, seis planeadas e executadas pela Inspeção-Geral da Defesa Nacional e quatro auditorias internas. É de relevar a realização simultânea de mais duas auditorias, por parte da Inspeção Geral de Finanças, para apreciação do sistema de controlo interno instituído e a fidedignidade dos registos orçamentais e contabilísticos entre 2014 e 2017, e a auditoria do Tribunal de Contas aos subsistemas de saúde ADM, SAD-PSP e SAD-GNR, que viria a ser cancelada em abril de 2018, para dar lugar a uma Auditoria de Resultados ao IASFA, I.P..

O IASFA vê sempre com bastante agrado e pragmatismo a realização de auditorias, pelo seu caráter pedagógico na identificação de riscos, melhoria de processos e de procedimentos, mas sobretudo pelo diagnóstico sobre as questões estruturais, que permitam posteriormente a intervenção oportuna e assertiva da Tutela e do CD do IASFA. Obviamente que tiveram um impacto na afetação dos recursos humanos às atividades nucleares do IASFA, requerendo um grande empenhamento da parte de todas as unidades orgânicas envolvidas, mas a sua utilidade foi percebida por todos e com esperança de que contribua rapidamente para a solução dos constrangimentos existentes, sobretudo, os de natureza financeira.

A análise do trabalho realizado pelo IASFA, nestas circunstâncias, é motivo de orgulho para todos os que aqui servem. Não seria próprio, nesta cerimónia, fazer uma descrição exaustiva de tudo o que foi feito. Contudo, dentro da miríade de atividades desenvolvidas, há alguns marcos que devem ser assinalados, por serem estruturantes e serem o produto duma vontade e esforço coletivo. Entre outros:

- Em colaboração com a SG/MDN, a preparação de um modelo de contabilidade analítica, que entrou em vigor em janeiro de 2018, para apoio de uma gestão mais rigorosa e transparente, onde se possa conhecer o valor do custo por utente, nas várias valências, atribuições e meios;
- Desenvolvimento de uma plataforma de gestão do património imobiliário, nos aspetos patrimoniais, manutenção/requalificação e rendas;
- Desenvolvimento de um projeto no âmbito do SAMMA, em curso, para a adoção e melhoria de sistemas e tecnologias de informação;
- Revisão de todas as instruções permanentes em vigor, processo que prossegue com a normalização de Regulamentos Internos;
- Uma mudança na comunicação interna e externa, melhorando os portais existentes para acesso de beneficiários e prestadores de serviços, e divulgação de notícias por e-mail, newsletters e redes sociais;
- Redução das despesas de funcionamento, com a centralização de aquisições, privilegiando os concursos públicos e racionalização de gastos em várias áreas;

- Reestruturação interna da DSASC e elaboração de uma primeira proposta/projeto de Estatuto do IASFA;
- Atualização de preçários de Berçário/Creche, Jardim de Infância, Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ainda em análise), Messes e Restauração, através de estudos comparativos com outras instituições e a adoção de critérios socialmente justos, acompanhados de procedimentos para garantia da qualidade, segurança alimentar, controlo interno dos processos, redução de custos, prevenção do risco de corrupção e geração de receitas.
- Proposta de alteração ao DL-380/97 – Arrendamento económico, tendo por base uma convergência com a legislação sobre o regime apoiado, aprovada em agosto de 2016;
- Realização de estudos e projetos, no âmbito do património, para aumento da capacidade da ERPI de Oeiras através da recuperação da Messe Residencial do antigo Lar Académico Militar, desenvolvimento de uma ERPI no Centro de Apoio Social do Alfeite, Requalificação da Messe e Forte das Maias, e Concentração da Sede nos Palácios da Rua de S. José.
- Elaboração das Normas Técnicas para controlo das receitas da ADM e upgrade do seu Sistema de Informação (SIADM);
- Constituição de uma equipa de assessoria clínica na DSADM, melhorando os processos de validação da faturação;
- Devolução de faturação no âmbito da Assistência na Doença da responsabilidade do Serviço Nacional de Saúde ou de outras entidades;
- Desenvolvimento de uma nova resposta social – a Residencial Assistida, que será alvo, nesta sessão, de uma apresentação.

Sr Ministro, Senhores Chefes Militares, Senhores Dirigentes dos Serviços Centrais do MDN, Minhas Senhoras e meus Senhores.

Como é do conhecimento público, o IASFA atravessa graves dificuldades económico-financeiras, que se refletem no não cumprimento atempado dos compromissos no âmbito da ADM, na capacidade limitada de investimento para levar a cabo reformas estruturais,

nomeadamente, no âmbito dos sistemas de informação, na recuperação e requalificação do património, no aumento da capacidade de estruturas residenciais para pessoas idosas, na própria gestão da vida corrente, entre muitas outras.

O Conselho Diretivo continua totalmente empenhado na identificação das questões estruturais, que não são de hoje ou dum passado recente. Refiro-me às derivadas das reformas do SSM, do IASFA, da Assistência na Doença aos Militares, da assistência e apoio aos militares e ex-militares incapacitados, de forma permanente, bem como aos modelos de financiamento que foram estabelecidos, que comprovadamente, são largamente insuficientes para uma resposta cabal às necessidades, conforme evidenciado pelas auditorias realizadas.

São problemas complexos, de decisão ao nível político, mas que para os quais todos os intervenientes têm obrigação de contribuir para a procura das soluções.

Há um segundo nível de intervenção, que se prende com a gestão interna do IASFA, e que constitui responsabilidade primária do Conselho Diretivo, bem como dos dirigentes intermédios e de todos os trabalhadores.

Refiro-me às reformas internas, à análise e reformulação de processos, dando prioridade à sua desmaterialização, à melhoria do controlo interno, à adoção de ferramentas informáticas adequadas, à aquisição de competências em diversas áreas, que permitam uma gestão profissional e a possibilidade de conseguir fazer mais e melhor com os recursos disponíveis, gerando receitas próprias que contribuam para o alargamento e melhoria das respostas sociais, que respondam aos anseios e necessidades reais da família militar.

Não temos todos a mesma visão sobre a condição militar e justiça social. Há aqueles que pensam ou defendem que a Condição Militar tudo justifica, nomeadamente, o usufruto de benefícios sociais a preços simbólicos, por parte dos que têm mais rendimentos. Há também os que pensam que quem tem mais rendimentos, que vá procurar apoios a outras instituições.

Nem a condição militar justifica mordomias, nem os mais necessitados e fragilizados são necessariamente e apenas os beneficiários de menor rendimento. As questões sociais são complexas, e difícil é obter decisões salomónicas para a resolução dos problemas. Cada caso é um caso. Para o IASFA a justiça social, a equidade e a solidariedade são valores inalienáveis, e a

nossa razão de ser serão sempre os beneficiários. Contudo, também se deve ter consciência que a sustentabilidade económica e financeira constitui um pré-requisito para a exequibilidade do sistema e do cumprimento da missão, não devendo o IASFA assumir encargos que pertencem a outras entidades, e para as quais os militares e famílias contribuem com os seus impostos gerais.

Gostaria de me dirigir aos trabalhadores e dirigentes do IASFA, quer na Sede, quer nos Equipamentos Sociais, manifestando uma palavra de apreço a todos os que de forma empenhada, com maior ou menor visibilidade, contribuíram para o cumprimento da missão do IASFA e, em especial, aos que se têm empenhado nesta mudança, enfrentando por vezes a incompreensão, resistência e comportamentos menos dignos, da parte de terceiros, muitas vezes, atores externos com agendas próprias.

O desempenho de cada função deve caber a quem tem as competências para o efeito, ou no mínimo, o potencial para as adquirir por exercício de funções ou por formação. É necessária uma cultura de rigor, de mérito, de desenvolvimento de competências, de empenhamento e de entrega à nossa missão, a par dum saudável espírito de camaradagem, de relações humanas e de cooperação.

O IASFA não é meramente um local de trabalho, do tipo ocupacional. É algo maior, fruto da sua missão específica e do universo dos destinatários dos serviços que prestamos.

Hoje, vamos retomar uma tradição interrompida em 2009. Vamos assinalar os nossos trabalhadores que dedicaram toda a sua vida a esta sua casa, e que a prezam como a sua segunda família, através da oferta de uma lembrança institucional.

Gostaria de terminar com uma menção a alguns convidados especiais do Conselho Diretivo: os voluntários do CAS de Oeiras, aqui hoje representados pelas Sr^a D. Lúcia Saldanha da Cruz, Sr^a D. Maria Helena Almeida Santos e pela Sr^a D. Ingrid Bastos. São um exemplo para todos nós, de dádiva, de solidariedade e de bem-fazer, sem qualquer intuito de protagonismo ou de contrapartida. O reconhecimento do Conselho Diretivo e bem hajam.

Minhas senhoras e meus senhores.

Temos um ano pela frente, cheio de oportunidades e desafios. Venceremos juntos.

Muito obrigado pela vossa presença, pela vossa atenção e pelas respostas, que certamente dareis, aos nossos futuros pedidos de apoio.

Tenho dito.

Lisboa, 21 de junho de 2018

RUI MANUEL XAVIER FERNANDES MATIAS
TENENTE-GENERAL